



|   |                       |                   |                   |                      |                      |                       |                      |             |
|---|-----------------------|-------------------|-------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|-------------|
| 151 - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas       | 27.117,52             | 0,00              | 0,00              | 0,00                 | 0,00                 | 27.117,52             | 0,00                 | 0,00        |
| 188 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional          | 142.900,94            | 0,00              | 0,00              | 0,00                 | 119.966,41           | 22.934,53             | 0,00                 | 0,00        |
| 190 - Recursos Diversos   | 655.768,01            | 0,00              | 0,00              | 0,00                 | 655.768,01           | 0,00                  | 0,00                 | 0,00        |
| 300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores                   | 2.692.744,09          | 0,00              | 0,00              | 0,00                 | 139.080,31           | 2.553.663,78          | 0,00                 | 0,00        |
| 329 - Recursos de Concessões e Permissões                           | 581.974,42            | 0,00              | 0,00              | 0,00                 | 0,00                 | 581.974,42            | 0,00                 | 0,00        |
| 350 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados              | 1.411.829,14          | 0,00              | 0,00              | 0,00                 | 0,00                 | 1.411.829,14          | 0,00                 | 0,00        |
| 388 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nac. - Exer. Ant. | 47.004,44             | 0,00              | 0,00              | 0,00                 | 0,00                 | 47.004,44             | 0,00                 | 0,00        |
| <b>TOTAL (III) = (I + II)</b>                                       | <b>582.228.764,18</b> | <b>650.950,14</b> | <b>301.886,85</b> | <b>17.208.003,08</b> | <b>97.220.246,70</b> | <b>466.847.677,41</b> | <b>17.836.446,27</b> | <b>0,00</b> |
| <b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>1</sup></b>     | <b>21.036.859,81</b>  | <b>0,00</b>       | <b>0,00</b>       | <b>67.842,06</b>     | <b>143.749,97</b>    | <b>20.825.267,78</b>  | <b>0,00</b>          | <b>0,00</b> |

FONTE: SIAFI e Tesouro Gerencial - DICONTE/SEA/TST, 19/jan/2017, às 15h30min.

Notas: 1) A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

2) Em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário, estão incluídos do Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho, na "Disponibilidade de Caixa Bruta", os valores de: R\$ 543.445.080,12, relativo ao "Limite de Saque com Vinculação de Pagamento" e de R\$ 697.022,41 referente ao valor positivo líquido a receber para pagamento de RP; e, em "Demais obrigações Financeiras" o valor de R\$ 96.548.294,76, da conta 82214.01.01 - Restos a Pagar Recursos a Liberar Autorizado Inscrição.

3) No saldo da coluna "Disponibilidade de Caixa Bruta" está incluído o valor a receber para RP, de R\$ 7.227.397,53 da UG 080001 - Tribunal Superior do Trabalho, conta 82224.01.01.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2016

| LRF, art. 48 - ANEXO VI                             |  | RECEITA CORRENTE LÍQUIDA                                 |  | VALOR   |  | RS\$ 1.00 |  |
|---|--|--|--|---|--|-----------|--|
| Receita Corrente Líquida                            |  | VALOR  |  | 722.474.299.000,00  |  |           |  |
| DESPESA COM PESSOAL                                 |  | VALOR  |  | % SOBRE A RCL   |  |           |  |
| Despesa Total com Pessoal - DTP                     |  | 506.919.781,45   |  | 0,070164  |  |           |  |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) |  | 1.313.198.184,83   |  | 0,181764  |  |           |  |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) |  | 1.247.532.495,80   |  | 0,172675  |  |           |  |
| RESTOS A PAGAR                                      |  | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO |  | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) <sup>1</sup> |  |           |  |
| Valor Total   |  | 17.836.446,27  |  | 466.847.677,41  |  |           |  |

FONTE: Demonstrativo da Despesa com Pessoal e Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - DICONTE/SEA/TST, 20/jan/2016, às 14h11min.

Nota: 1) A Disponibilidade de Caixa Líquida inclui o valor de R\$ 447.593.807,77 referente ao Órgão Setorial de Programação Financeira (UG 080017) da Justiça do Trabalho, em atendimento ao disposto no item 9.4.4 do Acórdão nº 1.573/2006 - TCU - Plenário. Assim, a Disponibilidade de Caixa Líquida do Tribunal Superior do Trabalho (UG 080001) é de R\$ 19.253.869,64.

Ministro IVES GANDRA DA SILVA MARTINS FILHO  
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO  
Diretor-Geral da Secretaria

RUBENS LUIZ MURGA DA SILVA  
Secretário de Controle Interno

MARIA TEREZA DE ANDRADE LIMA ORLANDI  
Secretária de Administração  
Substituta

**SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR**

**ATO NORMATIVO Nº 216, DE 26 DE JANEIRO DE 2016**

Aprova o relatório definido na Lei Complementar nº 101/2000 e dá outras providências.

O MINISTRO VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR, NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso I, c/c o artigo 6º, inciso XXV, tudo do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal da Justiça Militar da União para o período de janeiro de 2016 a dezembro de 2016.

Art. 2º Determinar a sua publicação conforme prevê o artigo 55 da Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, de 04 de maio de 2000, observadas as prescrições da Portaria nº 37/STN/MF, de 19 de janeiro de 2017, da Decisão nº 1.099/2002-TCU-Plenário, de 28 de agosto de 2002 e do Ato Normativo nº 89/STM, de 28 de maio de 2014, conforme quadro anexo.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA

ANEXOS

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

| RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")  | DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses) |  |                          |
|---|--|--|--------------------------|
|   | LIQUIDADAS<br>(a)                      | INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS<br>(b) | TOTAL<br>(c) = (a) + (b) |
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)   | 389.386.985,47                         | 467.087,71   | 389.854.073,18           |
| Pessoal Ativo   | 192.121.073,05                         | 192.668,61   | 192.313.741,66           |
| Pessoal Inativo e Pensionistas  | 197.265.912,42                         | 274.419,10   | 197.540.331,52           |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF) | 0,00                                   | 0,00   | 0,00                     |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)   | 138.795.622,99                         | 274.419,10   | 139.070.042,09           |



|  |                       |                   |                       |
|--|-----------------------|-------------------|-----------------------|
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00                  | 0,00              | 0,00                  |
| Decorrentes de Decisão Judicial                              | 30.410,72             | 0,00              | 30.410,72             |
| Despesas de Exercícios Anteriores                            | 7.207.495,18          | 259.191,19        | 7.466.686,37          |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados              | 131.557.717,09        | 15.227,91         | 131.572.945,00        |
| <b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>          | <b>250.591.362,48</b> | <b>192.668,61</b> | <b>250.784.031,09</b> |

## APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

|   |           |           |                    |
|---|-----------|-----------|--------------------|
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)                                     |           |           | 722.474.299.181,58 |
| % da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100 |           | 0,034685% | 0,000027%          |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>               | 0,080576% |           | 582.140.891,31     |
| LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>               | 0,076547% |           | 553.033.846,74     |
| LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>            | 0,072518% |           | 523.926.802,18     |

FONTE: SIAFI/2016

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;  
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Limite Legal da JMU = 0,080576% e Limite Prudencial da JMU = 0,076547% conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIAO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

| Identificação dos recursos                                  | Disponibilidade de caixa bruta (a) | Obrigações financeiras                |                   |  | Dispo de caixa líquida (antes da insc em RAP N-PROC do exercício) (f) = (a - (b + c + d + e)) | RAP empenhados e não liquidados do exercício | Empenhos não liquidados cancel (não inscritos por insuf. financeira) |                                   |
|---|------------------------------------|---------------------------------------|-------------------|--|---|--|--|-----------------------------------|
|   |                                    | Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos |                   | RAP Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d) |   |  |  | Demais Obrigações Financeiras (e) |
|   |                                    | De Exercícios Anteriores (b)          | Do Exercício (c)  |  |   |  |  |                                   |
| Fonte 156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor   | 19.012,68                          | 0,00                                  | 0,00              | 0,00   | 734,14  | 18.278,54                                    | 15.128,65  | 0,00                              |
| Fonte 169 - Contribuição Patronal P/ PSSS                   | 48.119,82                          | 0,00                                  | 0,00              | 0,00   | 2.574,94  | 45.544,88                                    | 99,26  | 0,00                              |
| <b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>                    | <b>67.132,50</b>                   | <b>0,00</b>                           | <b>0,00</b>       | <b>0,00</b>  | <b>3.309,08</b>   | <b>63.823,42</b>                             | <b>15.227,91</b>   | <b>0,00</b>                       |
| Fonte 100 - Recursos Ordinários                             | 19.822.943,44                      | 26.074,81                             | 98.616,57         | 1.233.451,53   | 7.579,92  | 18.457.220,61                                | 8.152.262,45   | 0,00                              |
| Fonte 127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário         | 2.881.924,27                       | 96.577,56                             | 20.109,52         | 1.179.483,75   | 0,00  | 1.585.753,44                                 | 697.640,60   | 0,00                              |
| Fonte 150 - Recursos Não Financeiros Diret. Arrecadados     | 1.135.471,04                       | 0,00                                  | 0,00              | 3.624,00   | 0,00  | 1.131.847,04                                 | 62.274,35  | 0,00                              |
| Fonte 188 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional   | 1.876.316,67                       | 0,00                                  | 0,00              | 1.876.316,67   | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                              |
| Fonte 190 - Recursos Diversos                               | 224.111,42                         | 0,00                                  | 0,00              | 0,00   | 224.111,42  | 0,00   | 0,00   | 0,00                              |
| Fonte 300 - Recursos Ordinários - Tesouro Ex. Ant.          | 1.200.020,53                       | 0,00                                  | 0,00              | 0,00   | 0,00  | 1.200.020,53                                 | 889.989,00   | 0,00                              |
| Fonte 350 - Recursos Não Fin.Diret. Arrecad. Tesouro Ex.Ant | 72.005,61                          | 0,00                                  | 0,00              | 72.005,61  | 0,00  | 0,00   | 0,00   | 0,00                              |
| <b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>               | <b>27.212.792,98</b>               | <b>122.652,37</b>                     | <b>118.726,09</b> | <b>4.364.881,56</b>  | <b>231.691,34</b>   | <b>22.374.841,62</b>                         | <b>9.802.166,40</b>  | <b>0,00</b>                       |
| <b>TOTAL (III) = (I + II)</b>                               | <b>27.279.925,48</b>               | <b>122.652,37</b>                     | <b>118.726,09</b> | <b>4.364.881,56</b>  | <b>235.000,42</b>   | <b>22.438.665,04</b>                         | <b>9.817.394,31</b>  | <b>0,00</b>                       |
| REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>   |                                    |                                       |                   |  |   | 0,00   |  |                                   |

Fonte: Sistema Tesouro Gerencial

Nota: <sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA MILITAR DA UNIAO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2016 A DEZEMBRO/2016

RGF - ANEXO VII (LRF, art. 48)

| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA   |  | VALOR  |  | % SOBRE A RCL  |  |
|--|--|--|--|--|--|
| Receita Corrente líquida   |  | RS 722.474.299.181,58                                    |  |  |  |
| DESPESA COM PESSOAL  |  | VALOR  |  | % SOBRE A RCL  |  |
| Despesa Total com Pessoal - DTP  |  | 250.784.031,09   |  | 0,034712   |  |
| Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,080576%                          |  | 582.140.891,31   |  | 0,080576   |  |
| Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,076547%                          |  | 553.033.846,74   |  | 0,076547   |  |
| DÍVIDA CONSOLIDADA   |  | VALOR  |  | % SOBRE A RCL  |  |
| Dívida Consolidada Líquida   |  |  |  |  |  |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal  |  |  |  |  |  |
| GARANTIAS DE VALORES   |  | VALOR  |  | % SOBRE A RCL  |  |
| Total das Garantias Concedidas   |  |  |  |  |  |
| Limite Definido por Resolução do Senado Federal  |  |  |  |  |  |
| OPERAÇÕES DE CRÉDITO   |  | VALOR  |  | % SOBRE A RCL  |  |
| Operações de Crédito Internas e Externas   |  |  |  |  |  |
| Operações de Crédito por Antecipação da Receita  |  |  |  |  |  |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas        |  |  |  |  |  |
| Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita |  |  |  |  |  |
| RESTOS A PAGAR   |  | INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO |  | DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) |  |
| Valor Total  |  | 9.817.394,91   |  | 22.438.665,04  |  |

Fonte: SIAFI 2016.

Ministro ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA  
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

IVO ROMERO DA SILVA  
Secretário de Planejamento, em exercício

JOSÉ CARLOS SANTOS  
Diretor-Geral

VALDEMIR REGIS FERREIRA DE OLIVEIRA  
Secretário de Controle Interno